



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 4 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

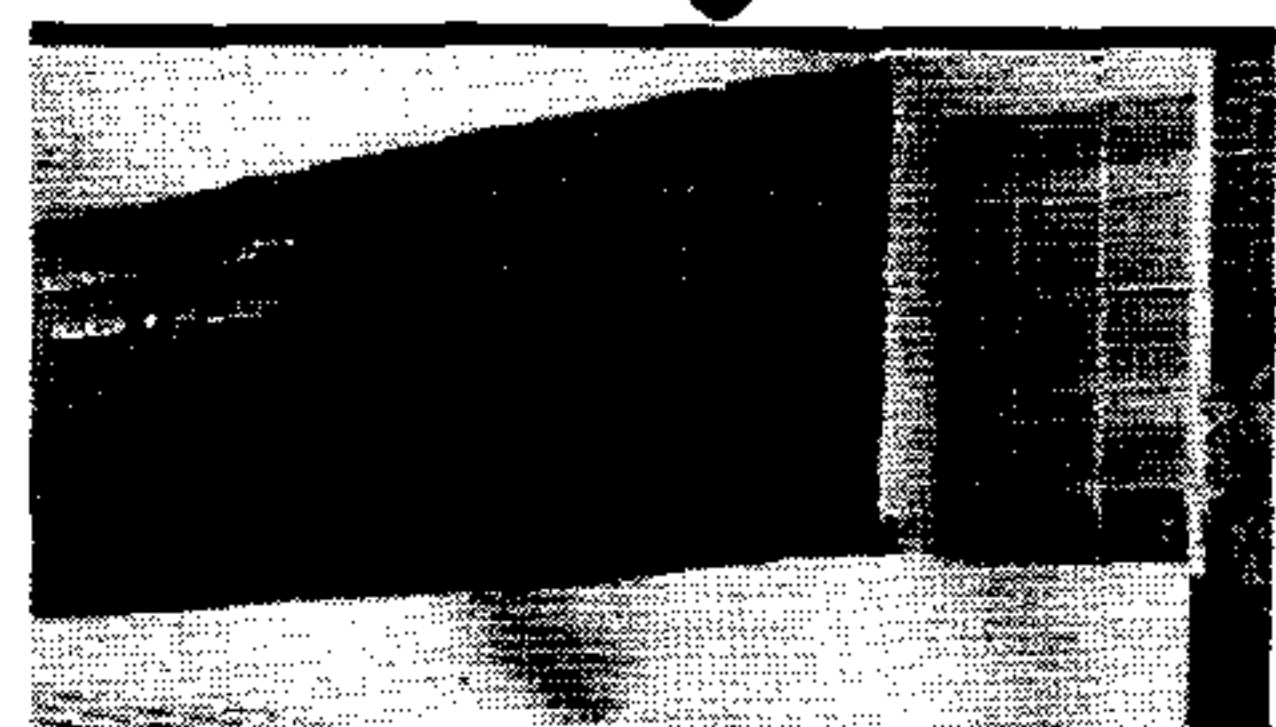
1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

1º Secretário: Milton Monti
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli

3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio Martini

Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº
Ibirapuera - Fone: 886-6122

Poder Legislativo



<http://www.imesp.com.br>

Volume 107 • Número 87 • São Paulo, Sábado, 10 de Maio de 1997

ATOS

Ato n.º 21, de 1997

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da VIII Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento n.º 1.353, de 1997, nomeia os seguintes Deputados com a finalidade de participar da II Conferência Nacional de Direitos Humanos, a realizar-se no dia 13 de maio de 1997, em Brasília.

Deputado Renato Simões
Deputado Marcelo Gonçalves
Assembléia Legislativa, em 9 de maio de 1997.
PAULO KOBAYASHI - Presidente

ORDEM DO DIA

12 DE MAIO DE 1997

62ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 35, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a retribuição pecuniária dos integrantes da carreira de Procurador de Autarquias. Com emendas. Parecer n.º 2453, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 9, 13, 16, 19 e 30 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-lei Complementar n.º 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer n.º 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991, (Autógrafo n.º 23110), vetado

totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 53, de 1992, (Autógrafo n.º 23325), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Ricardo Trípoli, dispondo sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Parecer n.º 588, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao artigo 2º das Disposições Transitórias e contrário às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993, (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço ("Self-Service") em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993, (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 124, de 1995, (Autógrafo n.º 23333), vetado totalmente, apresentado pela deputada Beatriz Pardi, incluindo atividades que discutam os problemas sociais do Brasil, no Calendário das Escolas Públicas Estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 244, de 1995, (Autógrafo n.º 23346), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sidney Cinti, dispondo sobre a assistência religiosa na Polícia Militar do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995, (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, alterando a Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição ambiental. Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995, (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 368, de 1995, (Autógrafo n.º 23347), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispondo sobre a criação do programa de reciclagem para os médicos do Estado. Parecer n.º 508, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 403, de 1995, (Autógrafo n.º 23348), vetado

totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre fornecimento pela Rede Pública Estadual da Saúde, de medicamentos de uso contínuo e continuado. Parecer n.º 509, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995, (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995, (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjiqui" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cidade Soínco II, em Guarulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 575, de 1995, (Autógrafo n.º 23352), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Carlos Alberto Bel, dispondo sobre a obrigatoriedade do acompanhamento de instruções, em português, sobre uso, instalação e de advertência sobre riscos, nos produtos eletro-eletrônicos importados comercializados no Estado. Parecer n.º 511, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 834, de 1995, (Autógrafo n.º 23356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, normatizando a criação de corpos voluntários de bombeiros. Parecer n.º 514, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 515, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 910, de 1995, (Autógrafo n.º 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer n.º 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1996, (Autógrafo n.º 23327), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Walter Caveanha, autorizando o Poder Executivo a implantar a "Prófiha - Programa de Fixação do Homem no Campo". Parecer n.º 187, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 725, de 1996, (Autógrafo n.º 23344), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a contrair financiamento, a outorgar garantias, a transferir o controle acionário de sociedades controladas pelo Estado e a assumir obrigações. Parecer n.º 192, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 193, de 1997, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto no tocante ao art. 7º e contrário quanto ao art. 9º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Proposições em Regime de Prioridade

1- Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao

exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

3- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 972, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1981, constantes do Processo RG n.º 4889/82 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 7, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 973, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1982, constantes do Processo RG n.º 4800/83 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

5- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

6- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 10, de 1985, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1693, de 1985, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1984, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 845, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável ao projeto.

7- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1987, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 659, de 1987, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1985, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1102, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

8- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 11, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1323, de 1988, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1986, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1719, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

9- Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

SUMÁRIO

Atos	1
Ordem do Dia	1
Pauta	2
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	7
Comissões	8
Debates	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
TRIBUNAL DE CONTAS	10

Este caderno, com 20 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.